

“EDITORIAL” - VICTOR GOMES PEREIRA

O Governo de Transição foi instituído sob os auspícios da maioria significativa dos partidos da oposição e da comunidade internacional, nomeadamente da CEDEAO, das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, para, no prosseguimento de uma transição pacífica, garantir ótimas condições institucionais para a realização de pelo menos 3 coisas:

1. Fazer-se luz sobre os assassinatos políticos através da promoção de uma verdadeira justiça;
2. Auditoria interna e externa aos resultados das últimas eleições com a finalidade de realizar um recenseamento biométrico de raiz que permita que as próximas eleições gerais previstas para o próximo ano sejam verdadeiramente justas e transparentes; e,
3. A reforma no sector da Defesa e Segurança.

No entanto, constata-se que uma campanha hostil de desinformação que tem sido levada a cabo contra o nosso País pela CPLP através dos Governos de Portugal, de Angola e de Cabo Verde e de outros Países, que dissimuladamente assenta na falsa pretensão do retorno ao estatuto constitucional do antes do 12 de Abril, se trata de uma afronta inaceitável, para nós cidadãos que aceitámos a implantação de um Governo de transição detentor de um poder legítimo.

Estamos aqui hoje para convidar as autoridades legítimas e ao povo, para que contrariamente à postura até aqui condescendente, quiçá inspirada em altos valores de solidariedade que sempre uniram os nossos povos irmãos, assumam as suas responsabilidades.

Num momento tão difícil da existência do nosso Estado, nada justifica que governos, que se dizem de Países irmãos, coadjuvados por organismos multilaterais como a União Europeia, assumam posições públicas extremadas, que mais não são do que ingerência nos assuntos internos, contrariando um dos princípios básicos das normas que regem as relações internacionais.

Ao invés de assumir uma postura amistosa e cooperante para a procura de melhores soluções para o momento crítico que atravessa a Guiné-Bissau, só se pode entender que atitudes hostis como estas em relação ao nosso povo, se expliquem na lógica de a troca de algumas mordomias, Países em dificuldades cedam aos avanços hegemónicos de Angola em ordem a colher benefícios geoestratégicos.

Os recentes desenvolvimentos políticos trouxeram-nos à luz do dia, quem são os verdadeiros defensores da causa guineense.

Vejamos alguns factos relevantes ocorridos durante os últimos anos, e que **em absoluto legitimam o golpe de estado, e consequentemente o atual Governo de Transição:**

1. Em 2005 a repressão policial a uma manifestação faz quatro mortos e muitos feridos entre os quais um antigo Primeiro-ministro, que de tão brutalmente espancado teve que ser evacuado para tratamento no exterior, e nem uma comissão de inquérito houve para apurar o sucedido;
2. São assassinados o CEMGFA Veríssimo Seabra e um dos seus adjuntos, o Coronel Domingos Barros, e até hoje não se consegue saber quem foram os responsáveis;
3. Em março de 2009, são assassinados o presidente eleito João Bernardo Vieira e o CEMGFA Tagme Na Wai, sem que até agora se tenha acusado qualquer cidadão pelos crimes hediondos, pelo contrário tentaram no

momento inventar vinganças imediatamente veiculadas pela RTP e RDP África mas que não convenceram ninguém;

4. No mesmo mês em 2009, o então presidente do tribunal de contas Dr. Francisco Fadul foi barbaramente espancado na sua residência a ponto de necessitar de exames clínicos no exterior. Ele declarou que um dos seus agressores era filho do então Primeiro-ministro. Aqui também fica patente que os agressores ficaram **impunes**;
5. Em Junho de 2009 são assassinados os deputados Hélder Proença e Baciro Dabó (candidato às presidenciais de 2009), e mais dois jovens guarda-costas. **Neste caso a certeza da sem-vergonhice da impunidade foi mais longe. O então CEMGFA José Zamora Induta, que já se encontra em Portugal, veio a público – com registo magnético a apoiar -, afirmar que tinha feito o que lhe competia e que cabia ao governo justificar. E o governo através de um comunicado veio afirmar que as referidas pessoas tinham sido mortas por participarem numa tentativa de golpe de estado. No entanto um despacho do ministério público, pedido com muita insistência por outros deputados também perseguidos, veio a esclarecer que não tinha havido nenhuma tentativa de golpe de estado;**
6. Em 2010 foi apresado um pescador de nome **LAMU STAR** com várias toneladas de cocaína a bordo. O navio foi libertado com a sua carga por ordem expressa do Primeiro-ministro, segundo depoimento radiofónico do então Ministro da Defesa.
7. Em Dezembro de 2011 em mais uma “inventona”, um dos perseguidos Yaya Dabó - irmão do deputado assassinado em 2009 -, foi-se apresentar à polícia acompanhado pelo atual presidente da Liga Guineense dos Direitos do Homem, por um deputado da Nação, e por um sindicalista, sendo, acto contínuo, friamente abatido a tiro diante do Ministério do Interior. Também, aqui não aconteceu nada, e a **impunidade** continuou a ser total. O Ministro do Interior responsável por este acto bárbaro encontra-se neste momento em Portugal onde acabou de ser homenageado por um obscuro organismo de ex-reclusos chefiados por um responsável de reputação duvidosa;
8. Em Abril 2012 uma das testemunhas do caso dos assassinatos de 2009, o Coronel Samba Djaló, foi assassinada em frente à sua residência nas vésperas do dia em que devia ser ouvido na Procuradoria-Geral da República;
9. Neste momento ondas de choque ainda invadem o País com incertezas sobre o verdadeiro paradeiro do deputado Roberto Cacheu, desaparecido aquando da inventona de 26 de Dezembro de 2011. Rumores perturbadores deram conta de que o Deputado e Dirigente do PAIGC foi vítima, antes de ter sido barbaramente assassinado, de sevícias com pneumáticos em chamas à volta do corpo algemado;

O que estamos a afirmar não são especulações nem boatos. São factos do conhecimento público e portanto do conhecimento da Embaixada de Portugal, da Comunidade Internacional e das Nações Unidas. Mas já dizia o ditado, **que não há maior cego do que aquele que não quer ver.**

De tudo isto só podemos tirar uma conclusão:

Não havia um estado de direito na Guiné-Bissau. O que legitima e justifica a rebelião. Por isso não compreendemos a atitude hostil dos governos, português, angolano e cabo-verdiano na violência e na inflexibilidade da caracterização dos acontecimentos de 12 de Abril.

Até porque, se já o esqueceram, é bom que, pelo menos Portugal se lembre que a chamada Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974 foi um golpe de estado em boa e devida forma. A verdade é que foi um golpe de estado contra um regime opressor, e que apesar do reconhecimento internacional não passava de mais um golpe de estado, e que por acaso trouxe e bem a democracia a Portugal.

E se recuarmos na história até às primeiras décadas do século passado, veremos que exemplos de golpes de estado eram profícuos em Portugal. A subjugação do país aos interesses coloniais britânicos, os dispêndios exorbitantes da família real, o poder da igreja, a instabilidade política e social, o sistema de alternância de dois partidos no poder, a ditadura de João Franco, a aparente incapacidade de acompanhar a evolução dos tempos e se adaptar à modernidade — tudo contribuiu para um inexorável processo de erosão da monarquia portuguesa do qual os defensores da república, particularmente o Partido Republicano, souberam tirar o melhor proveito.

Todo este pano de fundo desembocou na **Implantação da República Portuguesa** que mais não foi do que o resultado de um golpe de estado organizado pelo Partido Republicano Português que, no dia 5 de outubro de 1910, destituiu a monarquia constitucional e implantou um regime republicano em Portugal.

Mas só depois de uma sucessão de golpes de estado é que Portugal viria a conhecer alguma acalmia em 1933 com a implantação do chamado Estado Novo.

Com todo este substrato, os atuais governantes portugueses não se coibiram da trabalhadeira de falar da desgraça alheia, quando se chega ao cúmulo de uma deputada portuguesa junto ao parlamento europeu falar da situação humanitária em Bissau em vez de estar mais preocupada com os mais de 300.000 portugueses que hoje recebem ajuda alimentar de organizações humanitárias

Numa atitude de puro cinismo a deputada portuguesa esqueceu-se de mencionar a recente morte trágica de 5 crianças guineenses na travessia para a ilha de Jeta, cujos pais alarmados pela propaganda irresponsável e tendenciosa da RTP e da RDP tentavam procurar refúgio em lugar seguro. Mais uma vez, sem dó e nem piedade, a máquina de propaganda da RTP e da RDP ao serviço de Portugal e do senhor Paulo Portas, fazia, a todo o custo, passar a mensagem de que vasos de guerra portugueses estariam a dias de alcançar as águas guineenses, quando a segurança das pessoas nunca esteve em risco.

Também é difícil perceber a atitude errática do governo português relativamente aos acontecimentos do passado recente na Guiné-Bissau:

1. Em 1998 o governo Português não só colaborou com a rebelião contra um poder eleito, como acabou por condecorar o chefe da referida rebelião numa cerimónia marcada com pompa e circunstância num conhecido forte nos arredores de Lisboa;
2. Em 2003 ninguém condenou o golpe de estado que derrubou Koumba Yalá, também ele eleito;
3. Em 2009 perante a substituição do presidente da República e do CEMGFA através de assassinatos políticos, o governo português não protestou, antes pelo contrário caucionou a palhaçada do cerimonial que envolveu a tomada de posse de Raimundo Pereira – só admissível em Presidente eleito -, enviando o seu emissário de serviço, o então, Secretário de estado da cooperação. E no entanto isso constitui um golpe de estado apenas mal disfarçado;
4. O governo português que esteve sempre ao lado da UNITA, agora está mais interessado no poder do petróleo de Angola, para com isso poder resolver os seus problemas com o défice externo e o extremo endividamento;

5. Jamais poderemos querer vendilhões da pátria que muito sangue custou a Amílcar Cabral e aos seus camaradas;
6. É bom lembrar que em 1965 em Rabat, Marrocos, foi criada por inspiração de Amílcar Cabral a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, mais conhecida pela sigla CONCP, que mais tarde veio a inspirar os PALOP, e por via do alargamento há 16 anos a CPLP. É caso para dizer que sem a luta armada de libertação da Guiné, provavelmente a CPLP não teria existido.
7. A Guiné-Bissau não esteve representada em Maputo, mas sem o espírito de Bissau essa reunião não teria lugar;
8. A estratégia da Cimeira de Moçambique em não convidar o Governo legítimo da Guiné-Bissau, para além de ser questionável é, por nós considerado um acto inamistoso, quando até homenageou um presidente recentemente falecido, e num acto de terrorismo político, esquecer-se de Nino Vieira, que não só foi um co-fundador da CPLP em 1996, como é um indiscutível herói das nossas liberdades;

A nossa soberania é incontestável, e por isso ninguém por nós tem o direito de dizer quem deve representar a Guiné-Bissau.

O Governo de Transição deve-se munir de imediato de medidas enérgicas no plano da diplomacia comunicacional, tendentes a contrariar a campanha de desinformação da CPLP que tem apenas a finalidade de tentar desacreditar soberanas instituições legítimas da Guiné-Bissau.

A atingir os seus objectivos a estratégia sob que assentam os inconfessos desígnios da CPLP e dos seus acólitos poderia criar um insuportável ambiente de isolamento que desembocaria em medidas extremas da comunidade internacional para justificar intervenções conjugadas, e quiçá musculadas de organismos como a CPLP, onde naturalmente veriam satisfeitos os seus intentos, que passam pelo regresso de sua influência determinante na condução dos destinos da Guiné-Bissau.

Para que possa atingir o objetivo para que foi instituído, o Governo de Transição tem de criar condições externas para a execução do roteiro através de medidas tendentes a contrariar o relativo isolamento em que se encontra, optando pela estratégia de uma política de substituição de diplomatas refratários para que se possa desenvolver contactos de aproximação aos governos que até aqui não colhem as suas teses.

Tudo isto é recomendável, sem prejuízo de um indispensável Plano concebido pelo departamento do Estado responsável pelas relações externas, que tenha em conta nesta matéria de forma muito clara a conceção de objetivos e a execução de estratégias.

Bissau, 27 de Julho de 2012

Victor Gomes Pereira